

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Naiane da Silva Chaves

**Impactos da pandemia da Covid-19 na disparidade de renda entre os anos de  
2020-2023**

Goiânia, junho

2024

Naiane da Silva Chaves  
20202002100140

**IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA DISPARIDADE DE RENDA ENTRE  
OS ANOS DE 2020-2023**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

Goiânia, junho

2024

Naiane da Silva Chaves  
20202002100140

**IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA DISPARIDADE DE RENDA ENTRE  
OS ANOS DE 2020-2023**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela seguinte banca examinadora:

---

Orientador: Prof. Ms. Mauro César de Paula

---

Membro: Prof. Ms. Gesmar José Vieira

---

Membro: Prof. Ms. Neide Selma H. O. Dias

---

Goiânia, junho

2024

Agradeço a minha mãe, Anazilde Ferreira, em primeiro lugar, por tudo o que me proporcionou ao longo da minha vida, desde a material, até o emocional. Sem ela, eu não seria nem um terço da pessoa que hoje eu sou. Em segundo lugar à minha irmã Naimara, por ter sido uma grande amiga e companheira de todas as horas, nos momentos em que mais precisei. E em terceiro lugar à minha melhor amiga Samire Xavier, por todo apoio e compreensão.

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Ms. Mauro César de Paula, pelo incentivo e pela dedicação do seu tempo à minha monografia. Grata também aos meus amigos, Felipe Cardoso, Filipe Dias, Gabriel Ferraz, João Pedro Sanches, Jhennifer Costa, os quais entraram na minha vida de modo a nunca mais saírem, e desde então tem sido uma grande fonte de alegria e inspiração.

A todos os meus professores do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela excelência de cada um.

## **RESUMO**

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo uma série de desafios e impactos significativos para o Brasil, afetando diversos aspectos da vida cotidiana. Além dos impactos nos sistemas de saúde global, mudanças na dinâmica econômica e

restrições à circulação de pessoas em níveis local, nacional e internacional, a pandemia de Covid-19 desencadeou mudanças profundas no mundo do trabalho. Assim, surge a questão: Como a pandemia de Covid-19 influenciou a disparidade de renda entre os anos de 2020 a 2023 no Brasil? Desta forma, o objetivo principal desta monografia foi mostrar como a pandemia de Covid-19 impactou o Brasil em um contexto econômico desde o seu início em 2020 até 2023. Quanto à metodologia, esta monografia utiliza uma revisão bibliográfica com base em dados secundários publicados em periódicos, relatórios governamentais de pesquisas e outras bases científicas.

**Palavras-chaves:** Pandemia, Impactos, Renda, Covid no Brasil.

## LISTA DE FIGURAS

**Gráfico 1:** Taxa de desemprego no Brasil, de 2020 a 2023 .....36

**Figura 1:** Relação entre, Inflação, Taxa de desemprego e disparidade de renda média no Brasil, 2020 a 2023 .....38

**Figura 2:** Índice de Gini e renda per capita, de 2020 a 2023.....42

## **LISTA DE SIGLAS**

AE	Auxílio Emergencial
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física
MEI	Microempreendedores Individuais
MPE	Micro e Pequenas Empresas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Ponto Percentual
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. ASPECTOS GERAIS PANDÊMICOS: COVID-19 NO BRASIL</b> .....	12
1.1 Desemprego e precarização do setor trabalhista brasileiro durante a Covid-19.....	14
1.2 Questões sociais e sanitárias durante a Covid-19 .....	16
<b>2. ASPECTOS ECONÔMICOS: Visão geral pandêmico no Brasil associado a teorias macroeconômicas</b> .....	20
2.1 A pandemia e a economia brasileira .....	21
2.2 Políticas assistenciais durante a pandemia .....	24
2.3 O crescimento econômico frente a pandemia da Covid-19.....	27
<b>3. A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	33
3.1 Medidas adotadas durante a pandemia .....	34
3.2 Desemprego e a renda média no Brasil durante a pandemia .....	35
3.3 Desigualdade de renda no Brasil no período de 2020 a 2023.....	41
<b>CONCLUSÃO</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47

## INTRODUÇÃO

As análises sobre a desigualdade de renda no Brasil apresentam resultados variados, dependendo dos métodos de estudo, da fonte de dados e dos índices utilizados pelo pesquisador. Essas variações também estão relacionadas à definição de "renda", que pode incluir apenas rendimentos regulares ou também ativos financeiros, por exemplo. É válido destacar que a renda disponível de uma pessoa pode ser afetada por fatores indiretos, como o acesso a políticas públicas que oferecem serviços essenciais (saúde, educação, moradia.) que, caso contrário, seriam custeados individualmente.

No entanto, pesquisas que examinam a evolução da desigualdade de renda no Brasil indicam que, de modo geral, ela permanece elevada ao longo do tempo com poucas variações significativas. Pesquisadores sugerem que essa desigualdade persistente é resultado de fatores estruturais e institucionais que vinculam as decisões políticas no Brasil aos interesses das elites econômicas.

Em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 39,3% da população brasileira residia em áreas urbanas metropolitanas, totalizando 83,5 milhões de pessoas distribuídas em vinte e duas regiões classificadas pelo IBGE. A renda média nessas regiões urbanas metropolitanas atingiu R\$ 1.698, superando significativamente as médias encontradas em outras áreas urbanas (R\$ 1.247) e nas zonas rurais (R\$ 685) do país. Essa disparidade destaca o importante papel econômico e social desempenhado por essas regiões, que abrigam uma parcela significativa dos setores mais desenvolvidos da economia nacional.

O aumento das desigualdades é uma característica inerente ao período da globalização, com variações significativas entre países e sociedades. A globalização representa uma fase em que o mundo está mais interconectado e fluido devido à integração dos sistemas técnicos e à crescente interdependência produtiva, comunicacional, informacional e financeira entre diferentes lugares, gerando também uma mais-valia global.

No entanto, é um período marcado por crises, pois desde os anos 1970, as crises se tornaram sistêmicas e estruturais, cada vez mais frequentes, intensas, abrangentes e globalizadas. Esta globalização neoliberal, focalizada no capital e na informação, resulta em uma disseminação generalizada da pobreza estrutural, decorrente do aumento da competitividade e da seletividade espacial nos investimentos, na produção, na circulação e no consumo.

Nesse contexto, é relevante examinar como a dimensão socioespacial das desigualdades influenciou e é influenciada pela pandemia de COVID-19 no território brasileiro. Desta forma, o objetivo geral desta monografia foi mostrar em como a Pandemia do Covid-19 impactou no Brasi em um contexto econômico, desde o seu início em 2020 até 2023.

Os objetivos específicos desta monografia incluíram analisar a evolução da disparidade de renda entre durante os anos de 2020 a 2023, investigar os fatores que contribuíram para as mudanças e comparar as condições de trabalho, acesso a benefícios sociais e oportunidades econômicas entre as classes sociais durante a pandemia de COVID-19.

A questão desta monografia se constitui na seguinte pergunta: *Como a pandemia de COVID-19 impactou na disparidade de renda entre os anos de 2020 a 2023 no Brasil?*

Partindo da hipótese de que durante a pandemia de COVID-19, a disparidade de renda aumentou especialmente entre as classes sociais mais baixas no Brasil, devido à perda de empregos, redução de salários e acesso desigual a recursos econômicos e sociais. As políticas governamentais de mitigação dos impactos da pandemia no Brasil desempenharam um papel significativo na redução ou ampliação da disparidade de renda, dependendo de sua eficácia e abrangência.

Quanto aos aspectos metodológicos desta monografia, será feita uma revisão bibliográfica, utilizando base de dados secundárias publicadas em periódicos, relatórios governamentais de pesquisas e outras bases científicas, sendo caracterizada como uma pesquisa de caráter qualitativa e quantitativa. Para isso, serão consultados livros, revistas, artigos acadêmicos, sites

especializados etc. Também serão utilizados os métodos dedutivo e histórico.

O trabalho está estruturado em três grandes seções principais, além da conclusão e referências. Na primeira seção, são abordados os impactos gerais da pandemia, com foco no desemprego e precarização do setor trabalhista brasileiro. A segunda seção, discute a relação entre a pandemia e a economia brasileira, incluindo as políticas assistenciais implementadas durante esse período e a aplicação da teoria do crescimento econômico frente aos desafios impostos pela COVID-19. A terceira seção, explora as medidas adotadas para mitigar os efeitos da pandemia, o impacto do desemprego na renda média dos brasileiros e a evolução da desigualdade de renda no país entre 2020 e 2023.

## **1. ASPECTOS GERAIS PANDÊMICOS: COVID-19 NO BRASIL**

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo uma série de desafios e impactos significativos para o Brasil, afetando diversos aspectos da vida cotidiana. Desde o surgimento dos primeiros casos em território brasileiro, em fevereiro de 2020, até os dias atuais, o país tem enfrentado uma batalha constante contra a propagação do vírus e suas consequências.

Conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, uma pandemia ocorre quando uma nova doença se espalha globalmente, afetando várias regiões e se propagando de pessoa para pessoa. A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, desencadeou uma crise de saúde pública em escala mundial desde seu primeiro registro em Wuhan, China, em 1º de dezembro de 2019 (ARAÚJO; BRANDÃO, 2021)

De acordo com as autoras citadas acima, no Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. O agravamento dessa pandemia tem implicações em diversos aspectos da vida, incluindo social, cultural, político e econômico, evidenciando vulnerabilidades em todos os países.

No âmbito da saúde, a Covid-19 sobrecarregou o sistema de saúde brasileiro, evidenciando suas fragilidades estruturais e a falta de preparo para lidar com uma crise de saúde pública de tal magnitude. Hospitais e unidades de saúde ficaram lotados, faltaram leitos de UTI e equipamentos essenciais, como respiradores.

O número crescente de casos e mortes trouxe um cenário de desespero e preocupação para profissionais de saúde e a população em geral. Além dos impactos na saúde, a pandemia teve graves repercussões sociais e econômicas no Brasil. Milhões de pessoas perderam seus empregos ou tiveram sua renda significativamente reduzida devido às medidas de restrição adotadas para conter a disseminação do vírus. Os setores mais afetados foram aqueles dependentes de interação pessoal, como o turismo, o comércio e a cultura.

Nogueira, Silva e Carvalho (2020) falam que para lidar com essa

situação, que já era prevista como uma certeza, o governo federal brasileiro começou a implementar medidas em março de 2020, com o objetivo de reduzir os impactos socioeconômicos esperados da pandemia, um destes foi o isolamento social e funcionamento apenas dos serviços básicos essenciais para conter a propagação do vírus.

Para os autores acima citados, no entanto, os dados divulgados desde então mostram uma realidade na qual esses impactos, apesar de todas as medidas governamentais adotadas, foram não apenas significativos, mas também diferenciados, afetando de maneira mais severa os segmentos mais vulneráveis da economia. Isso evidencia de forma clara a natureza precária da inserção laboral de grande parte dos trabalhadores no Brasil.

Diante desse cenário, as autoridades têm implementado medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde, como o isolamento social e o distanciamento físico, visando prevenir a propagação do vírus e reduzir o número de óbitos, dada a transmissão por meio de gotículas respiratórias microscópicas em curtas e médias distâncias.

Bridi (2020) constata que além dos impactos nos sistemas de saúde global, mudanças na dinâmica econômica e restrições à circulação de pessoas em níveis local, nacional e internacional, a pandemia de Covid-19 desencadeou mudanças profundas no mundo do trabalho. Essas transformações afetaram amplamente a classe trabalhadora de maneiras diversas: houve aumento significativo do desemprego em setores que demandam a presença física tanto dos trabalhadores quanto dos clientes, como turismo, hotelaria, aviação e restaurantes.

Por outro lado, Souza (2021) mostram que houve uma intensificação do trabalho para profissionais de entrega por plataformas digitais, profissionais de saúde, teletrabalhadores e aqueles que migraram suas atividades para o ambiente doméstico, como professores. Os trabalhadores informais e os empreendedores também enfrentaram vulnerabilidades expostas durante esse período. Aqueles que permaneceram trabalhando em atividades essenciais, como sistema financeiro, supermercados e farmácias, enfrentaram o risco de

contaminação e adoecimento.

Outro aspecto importante a se considerar é o impacto psicológico da pandemia. O isolamento social, o medo da doença e a incerteza em relação ao futuro geraram um aumento nos casos de ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. A falta de suporte adequado para a saúde mental se tornou uma preocupação adicional em meio à crise sanitária.

Apesar dos desafios enfrentados, o Brasil também demonstrou resiliência e solidariedade diante da pandemia. Inúmeras iniciativas surgiram em todo o país para ajudar os mais vulneráveis, como distribuição de alimentos, campanhas de arrecadação de fundos e apoio psicológico. A ciência brasileira também se destacou, com pesquisadores trabalhando incansavelmente no desenvolvimento de vacinas e tratamentos para combater o vírus.

### **1.1 Desemprego e precarização do setor trabalhista brasileiro durante a Covid-19**

O desemprego é uma realidade global que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, inclusive em países desenvolvidos, embora os números mais expressivos de desempregados estejam nos países emergentes de economia dependente. Em períodos de crise, como pandemias, o desemprego, já parte da estrutura de precarização do trabalho, assume uma nova dinâmica.

A precarização do trabalho, embora não seja um fenômeno recente, está inserida em transformações do capitalismo global, refletindo os ideais econômicos e políticos neoliberais que surgiram no Brasil na década de 1990 e resultaram na reestruturação das relações trabalhistas. Essas mudanças profundas no mundo do trabalho caracterizam a era do capitalismo flexível.

A falta de emprego não apenas afeta o sustento financeiro das famílias, mas também tem um impacto negativo na saúde mental e no bem-estar dos desempregados, que muitas vezes enfrentam o estigma social e a sensação de

desesperança.

Além do desemprego, a precarização do trabalho também é uma questão preocupante no Brasil. Condições de trabalho inadequadas, baixos salários, jornadas extenuantes, falta de benefícios e ausência de proteção trabalhista são apenas algumas das formas em que a precarização se manifesta. Trabalhadores informais e terceirizados são especialmente vulneráveis a essas condições precárias, muitas vezes sem acesso a direitos básicos como férias remuneradas, licença-maternidade e seguro-desemprego.

Para Druck (2011), as diferentes conjunturas históricas moldam e transformam o sistema capitalista ao longo do tempo. Essas conjunturas e transições entre eras destacam processos de transformação que combinam novas e antigas formas de trabalho, enquanto também se redefinem. Na contemporaneidade, esse movimento ocorre sob a égide de uma dinâmica que se sobrepõe a outras: a dinâmica da precarização social do trabalho.

Alencar (2017) conceitua a precarização como a ação de reduzir, diminuir ou tornar escasso. Quando aplicado ao contexto do trabalho, esse termo refere-se à diminuição dos direitos e garantias dos trabalhadores. Acredita-se que esse fenômeno esteja diretamente relacionado à globalização e à busca das organizações por redução nos custos de produção, visando aumentar a lucratividade e a rentabilidade. Isso muitas vezes se reflete em salários mais baixos e na redução ou ausência de benefícios para os trabalhadores, que são os verdadeiros responsáveis pela produtividade.

Segundo Alencar (2017), há críticas de que a terceirização generalizada levará à substituição de trabalhadores bem remunerados e com direitos coletivos conquistados por outros empregados de empresas terceirizadas, que, em teoria, receberão salários menores e terão menos benefícios, como adicional de hora extra, café da manhã, plano de saúde, cesta básica e ticket alimentação.

Conforme Fernandes (2010), a precarização do trabalho no Brasil tem se manifestado principalmente pelo crescimento da informalidade, acentuado nos últimos anos devido à pandemia da COVID-19, pelas novas modalidades de trabalho, pela flexibilidade alarmante dos contratos e pelo aumento significativo

do desemprego no país. Essa precarização está cada vez mais presente nas relações entre empregadores e empregados, propagando-se de forma rápida e inegável desde os primórdios da venda da força de trabalho até os dias atuais.

Para autores como Druck (2011) e Araújo e Morais (2017), os trabalhadores, frequentemente desinformados e desprotegidos em relação aos seus direitos, são muitas vezes tratados como meras ferramentas por seus empregadores, considerados objetos facilmente substituíveis e dispensáveis, sem qualquer responsabilidade pelos danos físicos e psicológicos causados pela exploração da mão de obra. Essa relação é comparada à analogia do homem como uma máquina, uma peça facilmente substituível, realocável e descartável conforme as necessidades do empregador.

Os autores ainda reforçam que se admite que as mudanças nas relações de trabalho são duradouras e contínuas, uma vez que a flexibilização dos contratos gera fragilidade nos relacionamentos internos e externos nas organizações. O aumento da carga horária, a desvalorização do trabalho, a falta de reconhecimento profissional e remuneratório, entre outros fatores, podem afetar irreversivelmente o trabalhador e prejudicar o desenvolvimento e a produtividade da organização à qual pertence.

A falta de regulamentação adequada do trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas contribuem para a precarização do mercado de trabalho no Brasil. Reformas trabalhistas controversas, implementadas nos últimos anos, enfraqueceram ainda mais os direitos dos trabalhadores e incentivaram a terceirização e a informalidade, tornando o ambiente de trabalho mais inseguro e instável.

Diante desse cenário desafiador, é fundamental que o governo, as empresas e a sociedade como um todo trabalhem em conjunto para enfrentar o desemprego e combater a precarização do trabalho. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam a geração de empregos de qualidade, o fortalecimento dos direitos trabalhistas, a valorização do trabalho decente e a proteção social para todos os trabalhadores.

## **1.2 Questões sociais e sanitárias durante a Covid-19**

É compreensível valorizar todas as vantagens que a tecnologia oferece em termos de conforto, bem-estar, saúde e comunicação para os seres humanos. No entanto, paradoxalmente, o mundo enfrenta uma crise que ressalta, tanto moral quanto eticamente, todos os danos causados ao planeta e às sociedades, para os quais a ciência já conhece soluções.

Os problemas socioambientais e a pandemia destacam a importância de agir individualmente, adotando práticas que tenham impacto global, compartilhando conhecimentos e promovendo movimentos que possam transformar a consciência e promover melhorias para toda a humanidade, conforme mostra (RUSHEL; MILIOLI; OLIVEIRA, 2022).

Apesar dos esforços de investimento habitacional no país, o déficit habitacional ainda persiste, representando 14,9% do total de domicílios, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020). Esta situação contribui para a intensificação dos contágios, uma vez que o déficit resulta na coabitação familiar, com várias gerações compartilhando o mesmo espaço residencial, além de uma densidade habitacional excessiva.

Como resultado, mais pessoas vivem por metro quadrado do que o recomendado pela saúde pública e pelas normas urbanas. A questão habitacional no Brasil permanece em grande parte invisível e distante de uma solução, embora o direito à moradia seja fundamental e esteja intrinsecamente ligado ao direito à cidade.

Durante a pandemia de Covid-19, questões sociais e sanitárias emergiram como pontos cruciais que exigiram respostas imediatas e abordagens abrangentes para mitigar os impactos negativos na sociedade. Em muitos países, incluindo o Brasil, a crise expôs e exacerbou desigualdades pré-existentes, afetando desproporcionalmente grupos sociais vulneráveis.

Um dos principais desafios foi garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e recursos de proteção contra o vírus. Populações em situação de vulnerabilidade, como pessoas de baixa renda, trabalhadores informais,

moradores de áreas periféricas e comunidades indígenas, muitas vezes enfrentaram barreiras significativas para obter atendimento médico adequado e acesso a medidas preventivas, como máscaras e álcool em gel.

Autores como Santos (2012) e Meirelles & Athayde (2014) já falavam que o crescimento das precariedades acompanha o aumento populacional, um fenômeno impulsionado pelo processo de industrialização e urbanização. Essas mudanças têm gerado conurbações urbanas e o surgimento de grandes e megacidades devido ao rápido crescimento da população urbana. Em 1960, apenas 25% da população mundial residia em áreas urbanas, mas no início do século XXI, esse número mais que dobrou, alcançando 55%.

Meirelles & Athayde (2014) ainda reforçam que as projeções indicam que até 2050, 70% da população global viverá em cidades, com um aumento ainda maior nos países em desenvolvimento. Na América Latina, especialmente no cone sul, mais de 80% da população já reside em áreas urbanas. No Brasil, esse percentual chega a 84,72%, com a presença significativa de grandes aglomerados de favelas, onde cerca de 6% da população reside.

Durante a pandemia de Covid-19, as pessoas mais pobres e residentes em favelas enfrentaram desafios únicos e desproporcionais devido às condições socioeconômicas precárias em que vivem. Muitas dessas comunidades enfrentaram dificuldades para aderir às medidas de distanciamento social devido à densidade populacional e à falta de espaços adequados para isolamento. Além disso, a falta de acesso a água potável e saneamento básico tornou a higienização das mãos uma tarefa difícil, aumentando o risco de propagação do vírus.

Como já tratado anteriormente, o desemprego e conseqüentemente a redução de renda familiar afetaram gravemente as famílias dessas comunidades, muitas das quais dependem de trabalho informal e diário para sustentar suas necessidades básicas. A insegurança alimentar tornou-se uma realidade ainda mais preocupante, com muitas famílias lutando para acessar alimentos nutritivos e suficientes para suas necessidades diárias.

As pessoas residentes em favelas também enfrentaram diversos

desafios no acesso aos serviços de saúde. Como a falta de unidades básicas de saúde adequadas e a escassez de profissionais nessas áreas contribuíram para a dificuldade de acesso a atendimento médico e testagem para Covid-19. A sobrecarga dos hospitais públicos nas proximidades das favelas dificultou ainda mais o tratamento adequado para aqueles que contraíram o vírus.

De acordo com o IBGE (2020), existem 5.127.747 domicílios em aglomerados subnormais no país, caracterizados pela falta de serviços públicos essenciais e localizados em áreas com restrição à ocupação. Considerando uma média de quatro pessoas por habitação, estima-se que aproximadamente vinte milhões de pessoas vivam nessas condições. Isso representa cerca de 10% da população brasileira, que totaliza 211 milhões de habitantes.

Além dos impactos na saúde física, as comunidades mais pobres enfrentaram um aumento da violência doméstica, estresse mental e a ansiedade causadas pelo isolamento social prolongado e à incerteza econômica. A falta de espaços seguros para buscar ajuda e apoio psicológico tornou ainda mais difícil para as vítimas de violência doméstica denunciarem abusos e buscar ajuda.

Portanto, a pandemia agravou um pouco mais as desigualdades sociais já existentes, colocando em evidência a necessidade urgente de políticas e intervenções direcionadas para proteger e apoiar as comunidades pobres e favelas. Isso inclui a implementação de medidas de saúde pública adaptadas às condições locais, programas de assistência social ampliados e investimento em infraestrutura básica para melhorar as condições de vida nessas áreas vulneráveis.

## **2. ASPECTOS ECONÔMICOS: Visão geral pandêmico no Brasil associado a teorias macroeconômicas**

A pandemia de COVID-19, que teve início no final de 2019 e se estendeu pelos anos seguintes até meados de maio de 2023 quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da fase aguda da pandemia, impôs desafios econômicos sem precedentes ao Brasil. Este capítulo visa oferecer uma visão abrangente dos aspectos econômicos no país durante este período conturbado, associando as observações à teoria do crescimento econômico.

Primeiramente, será analisado o impacto imediato da pandemia sobre a economia brasileira, considerando os principais indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desemprego, inflação e balança comercial. A pandemia provocou uma contração econômica, com fechamento de empresas, perda de empregos e aumento das desigualdades sociais. A análise desses indicadores fornecerá uma base para compreender a magnitude da crise econômica.

Em seguida, serão exploradas as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para amenizar os efeitos da pandemia. Entre essas medidas, destacam-se os auxílios emergenciais, os programas de manutenção do emprego e renda, e as linhas de crédito para empresas. A eficácia dessas políticas será avaliada, considerando-se tanto os benefícios imediatos quanto as implicações de longo prazo para a sustentabilidade econômica do país.

A teoria do crescimento econômico será utilizada como um eixo teórico para interpretar os eventos ocorridos durante a pandemia. Será discutida a relevância de modelos de crescimento econômico, como os modelos de Solow e de crescimento endógeno, para entender as dinâmicas econômicas no contexto da crise.

A teoria do crescimento econômico oferece *insights* valiosos sobre como os investimentos em capital humano, infraestrutura e inovação podem influenciar a recuperação econômica pós-pandemia. Além disso, será examinada a relação

entre as medidas de política econômica adotadas e o crescimento econômico a longo prazo.

A eficácia das políticas de estímulo e as estratégias para a retomada do crescimento serão discutidas sob as lições aprendidas durante a crise. Aspectos como a sustentabilidade fiscal, a necessidade de reformas estruturais e o papel da inovação e da tecnologia no impulsionamento do crescimento serão abordados.

## **2.1 A pandemia e a economia brasileira**

A crise econômica surge da incerteza inerente ao sistema capitalista, que, mesmo em períodos de estabilidade, eventualmente conduz a uma queda em alguma atividade econômica. Isso pode variar em grau e complexidade, afetando desde um único país até se espalhar mundialmente. As consequências tendem a seguir um padrão: diminuição da demanda por produtos e serviços, redução dos lucros das empresas e, conseqüentemente, demissões (MAXIMIANO; PORTO JÚNIOR, (2023).

O aumento do desemprego reduz a renda em circulação, o que diminui ainda mais a demanda e gerou um círculo vicioso que intensificou os impactos negativos na sociedade, conforme aponta Bona (2019). Que, de acordo com Porter e Van Der Linde (1995), as organizações continuamente descobrem soluções inovadoras para responder às pressões de concorrentes, clientes e reguladores. Essas inovações permitem que as empresas utilizem diversos insumos de forma mais produtiva, compensando os custos com melhorias no impacto ambiental e encontrando um equilíbrio entre ecologia e economia.

A pandemia de Covid-19 afetou particularmente as micro e pequenas empresas (MPE) no Brasil, resultando em uma queda abrupta na demanda, interrupção das atividades e, em muitos casos, o fechamento definitivo de diversos negócios. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), durante a primeira onda da doença, até junho de 2020,

716.372 empresas encerraram suas operações, com 99,8% delas sendo de menor porte. Esse impacto levou a uma perda significativa no estoque de capital.

Com base nos dados do IBGE, o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2023), intitulado “Covid deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequência da pandemia de covid-19”, detalha o estoque total de capital das empresas brasileiras por porte e setor.

Para avaliar o impacto da pandemia nas MPE, os pesquisadores produziram uma estimativa inédita do estoque de capital dessas empresas, que era de R\$ 240 bilhões em dezembro de 2018. Esse levantamento mostra que, apenas na primeira onda da doença, as micro e pequenas empresas perderam entre R\$ 9,1 bilhões e R\$ 24,1 bilhões em estoque de capital, com os setores de comércio e serviços sendo os mais afetados.

O Ministério da Economia mostrou que entre abril e julho de 2020, as restrições de circulação e isolamento social impostas para conter a Covid-19 impactaram diretamente o emprego e a renda da população. Os trabalhadores informais foram os primeiros atingidos, enquanto os formais mantiveram seus empregos temporariamente devido aos custos de demissão e contratação. As micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, especialmente nos setores de alimentação fora de casa, turismo e transporte.

Aproximadamente 99% das empresas brasileiras são MPEs, representando 52% dos empregos formais no setor privado. Segundo o Sebrae (2020b), 60% dos pequenos negócios tiveram pedidos de crédito negados por falta de garantias, crucial para a gestão de caixa durante a crise. Medidas para mitigar os impactos incluíram redução de jornada e salários, *homeoffice* e prestação de serviços online.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo na economia brasileira, trazendo desafios e mudanças em vários setores. O país enfrentou uma recessão econômica devido às restrições de movimentação, fechamento de empresas e redução da demanda interna e externa. O setor de serviços foi particularmente afetado, com a paralisação de atividades não essenciais,

resultando em demissões em massa e fechamento de estabelecimentos comerciais.

Dados do Sebrae (2021) registraram que o mercado de trabalho também foi duramente atingido, com um aumento significativo da taxa de desemprego e subemprego. Muitos trabalhadores perderam seus empregos ou tiveram que se contentar com formas precárias de trabalho, como o trabalho informal, para garantir sua subsistência. Além disso, setores como o turismo, transporte e entretenimento sofreram um declínio acentuado devido às medidas de distanciamento social e restrições de viagem.

No entanto, a pandemia também destacou a importância de setores como saúde, tecnologia e comércio eletrônico, que experimentaram um aumento na demanda e tiveram um papel crucial na manutenção da economia durante esse período. O governo brasileiro implementou uma série de medidas de estímulo econômico, incluindo programas de auxílio emergencial e incentivos fiscais, para mitigar os impactos negativos da pandemia.

Lima e outros autores (2023) revelaram que a Covid-19 teve impactos econômicos significativos em todo o mundo. O avanço da pandemia revelou que muitas empresas, sejam pequenas, médias ou grandes, não estavam financeiramente preparadas para a queda drástica da renda de famílias e empresas. Uma crise humanitária foi desencadeada, pois muitas famílias, que já viviam com um salário-mínimo ou enfrentavam o desemprego, tiveram dificuldades para sustentar os gastos básicos como saúde, alimentação, higiene e moradia.

Os autores acima citados ainda mostraram que os grupos mais afetados foram aqueles em situações de vulnerabilidade, que se tornaram ainda mais expostos em cenários inesperados como guerras e a pandemia. As áreas com menor investimento governamental foram as mais impactadas. Segundo uma pesquisa do Banco Mundial, o cenário econômico global foi prejudicado pela inflação e pelo aumento das taxas de juros. Os trabalhadores com níveis mais baixos de escolaridade foram os mais atingidos pelo desemprego. Os setores mais afetados incluíram hospedagem, alimentação, serviços pessoais e varejo,

devido ao *lockdown* e às medidas de segurança adotadas pelos governos.

Apesar dessas medidas, a recuperação econômica do Brasil tem sido gradual e desigual, com algumas regiões e setores se recuperando mais rapidamente do que outros. A incerteza em torno da pandemia e a eficácia das vacinas continuam a ser desafios importantes para a economia brasileira, que busca se reerguer e se adaptar a uma nova realidade pós-pandemia.

## **2.2 Políticas assistenciais durante a pandemia**

A pandemia de coronavírus desencadeou uma série de medidas governamentais em todo o mundo, destinadas a estabelecer salvaguardas sociais diante da crise de saúde e da iminente crise humanitária associada. Em resposta, as autoridades médicas enfatizaram a importância do isolamento social, que foi implementado por meio de decretos governamentais, incluindo a suspensão das atividades educacionais e restrições ao funcionamento de certos estabelecimentos comerciais.

Simultaneamente, foram adotadas medidas de apoio financeiro emergencial para proteger os grupos mais vulneráveis. Organizações internacionais e especialistas recomendaram priorizar transferências monetárias, ajustando os benefícios para atender às necessidades básicas daqueles sem outras fontes de sustento.

Em um estudo de 2020, Fernando Figueira e outros autores delineou estratégias essenciais para enfrentar a crise humanitária na América Latina, destacando a importância da garantia de uma renda básica e do acesso contínuo aos serviços essenciais. Eles enfatizaram a necessidade de fortalecer os programas de transferência de renda existentes na região para evitar uma crise no bem-estar, especialmente enfatizando a vulnerabilidade extrema de mulheres e crianças. Essas medidas foram consideradas cruciais para mitigar os impactos negativos da pandemia e proteger os mais desfavorecidos.

As rendas emergenciais foram implementadas em vários países da América Latina, representando uma adaptação das políticas públicas para enfrentar a crise atual. Ao contrário dos programas dos anos 2000, que visavam combater a pobreza extrema e se concentravam em pessoas desempregadas, as rendas emergenciais tiveram que ampliar sua abrangência para incluir outros grupos afetados pela crise de saúde.

Como destacado por Claudia Robles e Cecilia Rossel (2021), os governos tiveram que direcionar atenção para setores previamente não contemplados pela rede de proteção social existente, a qual se limitava à previdência social, destinada principalmente a trabalhadores formais contribuintes, e à assistência social, focalizada no combate à pobreza de forma extremamente seletiva.

As autoras ressaltam que, antes mesmo da pandemia, os países da América Latina já possuíam sistemas de proteção social com uma estrutura laboral consolidada e mercados de trabalho mais regulamentados em comparação com duas décadas atrás. No entanto, o cenário pré-pandêmico também revelava falhas significativas.

Por um lado, os pilares contributivo e não contributivo operavam de maneira bastante distinta, com pouca conexão entre si. Isso resultava em sistemas de proteção social relativamente bipartidos, oferecendo cobertura densa e estável para aqueles abrangidos pelo pilar contributivo, enquanto forneciam proteção limitada e mais volátil por meio do pilar não contributivo. Por outro lado, havia importantes segmentos da população que não eram cobertos por nenhum dos dois pilares, principalmente os trabalhadores informais - muito presentes na região - que estavam fora da seguridade social e, ao mesmo tempo, não eram elegíveis para as políticas não contributivas de combate à pobreza.

Para Lara (2020), afirmou que o mercado de trabalho no Brasil é predominantemente constituído por uma grande parcela de trabalhadores informais, incluindo empregadas domésticas, vendedores ambulantes e motoristas de aplicativos, entre outros. Cerca de 40% a 50% da força de trabalho opera na informalidade, enfrentando condições precárias e sem acesso à

proteção social.

A autora ainda diz que essa mesma categoria de trabalhadores foi duramente afetada durante os primeiros anos da pandemia, com a interrupção de suas atividades devido às restrições de mobilidade e demissões em massa, o que os deixou mergulhados no desemprego e na pobreza. Esses trabalhadores formaram a base da população que procurou o auxílio emergencial de R\$ 600,00, formando longas filas nas agências da Caixa Econômica Federal, em busca de suporte financeiro durante o período de crise.

Durante a pandemia, o Brasil implementou uma série de políticas assistenciais para lidar com os impactos econômicos e sociais da crise. Uma das medidas mais significativas foi o Auxílio Emergencial, um benefício financeiro destinado a trabalhadores informais, autônomos, desempregados e pessoas de baixa renda afetadas pela pandemia. Inicialmente, o auxílio era de R\$ 600,00 por mês, mas houve variações no valor ao longo do tempo e dependia da composição familiar.

Além do Auxílio Emergencial, o governo brasileiro implementou outras medidas para proteger os vulneráveis e estimular a economia, como a antecipação do décimo terceiro salário para aposentados e pensionistas do INSS, a liberação de recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para programas de combate à pandemia, e a concessão de crédito para pequenas e médias empresas (MARINS, 2021).

Marins (2021) ainda mostra que, no entanto, houve críticas quanto à abrangência e efetividade dessas políticas. Muitos brasileiros enfrentaram dificuldades para acessar o Auxílio Emergencial devido à burocracia e à falta de infraestrutura digital. Além disso, o valor do auxílio foi considerado insuficiente para suprir as necessidades básicas de muitas famílias, especialmente diante do aumento dos preços de alimentos e da falta de emprego.

Outro ponto de preocupação foram a falta de medidas mais bem coordenadas e eficazes para conter a disseminação do vírus, o que contribuiu para a prolongação da crise e seus impactos negativos sobre a saúde e a economia do país. No geral, as políticas assistenciais adotadas pelo Brasil

durante a pandemia refletem os esforços do governo para mitigar os efeitos da crise sobre os mais vulneráveis, mas também destacam a necessidade de melhorias na implementação e no alcance dessas medidas.

### **2.3 O crescimento econômico frente a pandemia da Covid-19**

A teoria do crescimento econômico enfrenta desafios sem precedentes diante da pandemia da Covid-19. Tradicionalmente, essa teoria se concentra na análise dos determinantes do crescimento a longo prazo, como investimentos em capital físico e humano, inovação tecnológica e eficiência produtiva. No entanto, a crise global desencadeada pela Covid-19 trouxe à tona novas considerações e complexidades para o entendimento do crescimento econômico.

Gullo (2020) destacou que uma das principais questões levantadas em consequência da pandemia foram os choques econômicos de curto prazo afetam o crescimento a longo prazo. As medidas de contenção, como *lockdowns* e restrições de mobilidade, tiveram impactos imediatos na atividade econômica, levando a recessões abruptas e significativas em muitos países. O desafio é compreender como essas perturbações de curto prazo reverberam ao longo do tempo e influenciam a trajetória de crescimento de uma economia.

Para a autora, a pandemia mostrou a interdependência entre saúde pública e crescimento econômico. Medidas eficazes de saúde pública são essenciais não apenas para conter a propagação do vírus, mas também para garantir a recuperação econômica sustentada. Investimentos em sistemas de saúde robustos, programas de vacinação e resposta a emergências são fundamentais para construir uma base sólida para o crescimento futuro.

Desta forma, aqui se faz uma ligação com Teoria de Solow, sobre o crescimento econômico. O Modelo desenvolvido por Solow, também chamado de Modelo de Crescimento Exógeno, foi desenvolvido por Robert Solow em 1956 e é bastante utilizado para analisar o crescimento econômico de longo prazo. O modelo se baseia na ideia de que o crescimento econômico é impulsionado por três fatores principais: capital, trabalho e tecnologia, todos estes em função do

tempo. Segundo Solow (1956), o crescimento econômico é um processo de mudança na composição da economia, onde o capital substitui o trabalho ao longo do tempo.

Quando se faz relação com a pandemia, para que pudesse ter uma recuperação economia sustentável pós-pandemia, seria preciso não apenas o Brasil, mas como outros países o reinvestimento em capital que pudesse estimular uma infraestrutura mais rebuscada, o capital físico e novos projetos que pudessem reativar a capacidade produtiva, visto que a flexibilização de trabalho como o modelo híbrido de trabalho estivesse dando resultados positivos para a economia e segurança do trabalhador.

Na reintegração da força de trabalho, a implementação de políticas que promovessem a requalificação dos trabalhadores frente a situação atual que o Brasil estava passando em decorrência do distanciamento social, também é respaldada como um fator relacionado a teoria de Solow. No campo da inovação e políticas públicas, um estudo constante com variáveis sobre bem-estar e resultados econômicos à medida que o vírus ficasse mais fraco e as campanhas de vacinação fossem mais fortes.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, o Brasil se tornou o novo epicentro da pandemia de coronavírus, com mais de 500 mil pessoas diagnosticadas com COVID-19. Lima Neto e outros autores (2022) mostraram que milhares de casos da doença e vidas interrompidas coexistem com os resultados negativos da economia brasileira e as tensões na arena política. Em meio a essa crise, alguns economistas acreditam que o país entrará em recessão no próximo semestre.

Costa (2020) também abordou outro aspecto importante é a resiliência econômica frente a choques exógenos. A pandemia expôs vulnerabilidades em muitos sistemas econômicos, destacando a importância de políticas que promovam a diversificação econômica, a flexibilidade do mercado de trabalho e a capacidade de adaptação às mudanças nas condições globais.

Costa (2020) ainda trata que a resposta política desempenhou um papel importante no enfrentamento da crise e na promoção do crescimento econômico.

Políticas fiscais e monetárias expansionistas foram implementadas em muitos países para mitigar os impactos econômicos da pandemia, mas a eficácia dessas medidas depende da sua coordenação e adequação às circunstâncias específicas de cada país.

Desta forma, a pandemia da Covid-19 desafiou as teorias tradicionais do crescimento econômico, exigindo uma abordagem mais holística e integrada. Sendo necessário considerar tanto os aspectos de curto quanto de longo prazo, a interseção entre saúde pública e economia, a resiliência econômica e a resposta política. Adaptar a teoria do crescimento econômico a essa nova realidade é essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem em um contexto de mudança global. As lições aprendidas durante a pandemia podem ajudar a construir economias mais robustas, inclusivas e sustentáveis no futuro.

Embora a economia brasileira estivesse começando a se recuperar lentamente, a pandemia transformou o otimismo em previsões sombrias, agravou a desigualdade e criou um ambiente gravemente inseguro. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 1,5% no primeiro trimestre de 2020, refletindo o impacto da pandemia na economia brasileira. Esse número representa o pior resultado desde o segundo trimestre de 2015, quando o PIB recuou 2,1%.

Lima Neto et al. (2022), destacaram que a pandemia e a necessidade de isolamento social tiveram um papel decisivo no desempenho catastrófico da economia em 2020 e, conseqüentemente, em 2021. No entanto, foi evidente que os dois primeiros meses de 2020 não foram afetados pela pandemia, o que indicava que a economia já não mostrava sinais de um crescimento mais forte. Sugerindo, muito provavelmente, mesmo sem a pandemia, o Brasil teria encerrado 2020 com um baixo desempenho, similar ao dos três anos anteriores.

Mas é válido citar que observando os estragos causados pela Covid-19 ao longo dos anos, pode se afirmar que a população tem conseguido normalizar sua rotina, adaptando-se às dificuldades ainda presentes e buscando melhorar seu estilo de vida. Com o avanço da vacinação, o Brasil alcançou mais 80% da

população completamente vacinada, permitindo um retorno mais seguro às atividades cotidianas e a aplicação dos cuidados necessários, podendo se relacionar com a Teoria de Solow.

E não se pode esquecer que a pandemia também teve um impacto no aumento da desigualdade econômica global, marcando a primeira vez em mais de 100 anos que essa desigualdade cresceu de forma tão acentuada. Luz (2022) destacou que a crise pandêmica expôs uma incapacidade e fragilidade coletiva, levando muitos trabalhadores ao desemprego e os colocando em situações de vulnerabilidade, não apenas social, mas econômica também. Em termos de empregabilidade, os jovens que estavam começando no mercado de trabalho foram os mais afetados pelos efeitos da Covid-19, perdendo oportunidades tanto de estudo quanto de emprego.

O trabalho é um fator essencial para a promoção da saúde mental, pois proporciona contato social, senso de esforço, propósitos coletivos, ocupação e atividades regulares. Para Bridi e outros autores (2020), no entanto, cuidar da saúde mental é e está sendo uma prioridade para manter uma rotina estável em casa, nas ruas e no ambiente de trabalho. Com o impacto da pandemia na saúde física, as pessoas passaram a valorizar mais a saúde emocional e a priorizá-la como um fator de extrema importância e valor pessoal. Na educação, o impacto foi ainda mais significativo, com 8,4% dos alunos entre 6 e 34 anos abandonando os estudos.

Desta forma, Couto (2020) e outros autores mostraram que incentivar o retorno dos alunos às escolas foi fundamental, pois a pandemia revelou desafios para o setor educacional e a necessidade de associar novas metodologias de ensino ao acesso online à educação. Valorizar e incluir novas tecnologias educacionais representa uma oportunidade para as instituições explorarem soluções digitais, minimizando desigualdades e déficits educacionais. Proporcionar a todos os estudantes estrutura e acesso a meios digitais pode ajudar na adaptação a novos métodos de ensino de maneira prática e eficaz.

Quando se associa a teoria dos ciclos econômicos, que é explicada de acordo com as flutuações periódicas na atividade econômica que uma economia

experimenta ao longo do tempo, caracterizadas por períodos de expansão e contração. Pode se constatar que durante a pandemia de COVID-19, o Brasil enfrentou uma fase de contração econômica severa, seguida por uma recuperação gradual. Este ciclo pode ser analisado através de diferentes fases.

Na fase de recessão, a pandemia desencadeou uma recessão global, com quedas acentuadas no PIB, aumento do desemprego e redução do consumo. No Brasil, as medidas de lockdown e a interrupção das cadeias de produção afetaram severamente a economia. Na fase de recuperação, à medida que as restrições foram sendo aliviadas e as campanhas de vacinação avançaram, a economia começou a mostrar sinais de recuperação. Políticas fiscais e monetárias expansionistas, como auxílio emergencial e redução de taxas de juros, desempenharam um papel crucial nessa recuperação (MANKIN, 2019; BLANCHARD, 2019).

Na relação com a macroeconomia de curto prazo que se concentra nos fatores que determinam o nível de produção e emprego no curto prazo, como a demanda agregada, a política fiscal e monetária, e os choques econômicos. No contexto da pandemia, a política fiscal do governo brasileiro foi crucial. O governo implementou diversas medidas de estímulo fiscal, incluindo o auxílio emergencial, para sustentar a demanda agregada, ajudando a mitigar os impactos imediatos da recessão.

Além disso, o Banco Central do Brasil reduziu as taxas de juros para incentivar o investimento e o consumo, e a flexibilização quantitativa foi utilizada para assegurar a liquidez no sistema financeiro. A pandemia causou choques significativos tanto na oferta quanto na demanda. Do lado da oferta, houve interrupções na produção e no comércio. Do lado da demanda, o consumo caiu devido à incerteza e à perda de renda (DORNBUSCH, 2018; MISHKIN, 2019).

Por fim, para associar a teoria do crescimento endógeno que enfatiza o papel dos fatores internos de uma economia, como inovação, capital humano e políticas governamentais, no processo de crescimento econômico de longo prazo. Em relação à pandemia, a crise acelerou a adoção de tecnologias digitais e inovação, especialmente no setor de serviços e no comércio eletrônico.

Empresas que conseguiram se adaptar às novas tecnologias experimentaram um crescimento mais rápido.

Além disso, investimentos em saúde e educação tornaram-se ainda mais críticos, destacando a importância de fortalecer o capital humano para garantir a resiliência econômica. Políticas de longo prazo devem focar na criação de um ambiente favorável para a inovação, educação de qualidade e infraestrutura robusta. Políticas que incentivem a pesquisa e desenvolvimento (P&D) são essenciais para sustentar o crescimento econômico (ROMER, 1990; BARRO, 2004).

Embora o país tenha enfrentado uma recessão significativa, as políticas fiscais e monetárias ajudaram na recuperação de curto prazo. No longo prazo, a inovação, o investimento em capital humano e políticas governamentais eficazes serão fundamentais para sustentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade. Estas abordagens integrativas de teorias econômicas oferecem uma análise abrangente dos desafios e oportunidades econômicas enfrentados pelo Brasil durante e após a pandemia, destacando a importância de estratégias econômicas bem coordenadas e sustentáveis.

### **3. A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

A COVID-19 teve um impacto devastador no Brasil e em sua economia. Com mais de 30 milhões de casos confirmados, o Brasil é o país mais afetado pela COVID-19 na América Latina e Caribe, e o terceiro mais afetado no mundo. No início da pandemia, cerca de 30% da população brasileira vivia em situação de pobreza, e aproximadamente 8% estavam em extrema pobreza. Vale destacar que o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, conforme mostra o Banco Mundial (2022).

Conforme a definição utilizada no relatório, são consideradas abaixo da linha de pobreza as pessoas com renda per capita inferior a R\$ 499 por mês. O relatório do Banco Mundial (2022) indica que esses valores se mantiveram relativamente estáveis desde 2012, o primeiro ano com dados comparáveis. A pandemia aumentou drasticamente a pobreza no Brasil, visto que os índices de MEIs encerrando, alguns trabalhadores informais demitidos e o país que não havia preparado suficiente para o evento de calamidade de saúde contribuíram para o aumento da pobreza, a saída para redução do que estava acontecendo foi pacote fiscal e a transferência direta de renda para 68 milhões de pessoas.

Após uma queda substancial em 2020, as taxas de pobreza aumentaram significativamente assim que a assistência governamental foi reduzida, destacando a dependência das famílias brasileiras do suporte estatal diante das difíceis condições do mercado de trabalho. Mesmo assim, estima-se que as taxas de pobreza em 2021 sejam um pouco mais de um ponto percentual mais baixas do que em 2019.

O programa Auxílio Emergencial, implementado pelo governo federal em 2020 para enfrentar a COVID-19, foi importante para conter o aumento da pobreza naquele ano, representando quase metade da renda das famílias na base da pirâmide social. No entanto, as projeções de pobreza para 2021 indicam que a redução da abrangência do programa e os valores dos benefícios não foram acompanhados por uma melhoria no mercado de trabalho para muitas famílias vulneráveis, em um contexto de inflação acelerada.

Isso provavelmente resultou em taxas de pobreza e desigualdade mais altas em 2021 do que em 2020, com a expectativa de que esses indicadores permaneçam estagnados em 2022. Apesar do crescimento econômico real de 1,2% entre 2019 e 2022, espera-se que as taxas de pobreza estejam ligeiramente abaixo dos níveis pré-pandemia.

De acordo com Trovão e Leite (2020), a desaceleração da atividade econômica resultante das medidas de isolamento social necessárias gerou um significativo choque negativo de oferta, que rapidamente se transformou em um choque de demanda. Este choque foi causado pela redução dos investimentos e, principalmente, pela queda do consumo das famílias, reflexo da perda de empregos ou da paralisação de suas atividades e consequente redução de suas rendas. Trovão e Araújo (2020) afirmam que a crise causada pela pandemia de COVID-19 afetou o mundo do trabalho em todos os seus segmentos, impactando tanto trabalhadores formais quanto informais.

### **3.1 Medidas adotadas durante a pandemia**

A pandemia de coronavírus afetou a economia global em 2020, e o Brasil não foi exceção. As restrições econômicas, a queda na renda das famílias e o adiamento de investimentos afetaram severamente o país. A necessidade de isolamento social levou a uma queda acentuada nos principais setores econômicos. Inicialmente, a indústria foi a mais afetada, com uma redução na demanda e interrupção da produção.

A partir do ponto mais crítico, entre abril e maio, cada setor começou a se recuperar de maneiras diferentes. As políticas de incentivo fiscal e preservação do emprego do governo federal beneficiaram a indústria e o comércio de bens. O comércio eletrônico foi o grande vencedor, com faturamento recorde e adesão de novos clientes, conforme mostrou o Jornal Globo (2020).

A principal medida adotada para atender aos trabalhadores formais foi a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, posteriormente convertida na

Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Esta legislação instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e estabeleceu medidas complementares para enfrentar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, sancionada pelo Governo Federal (2020).

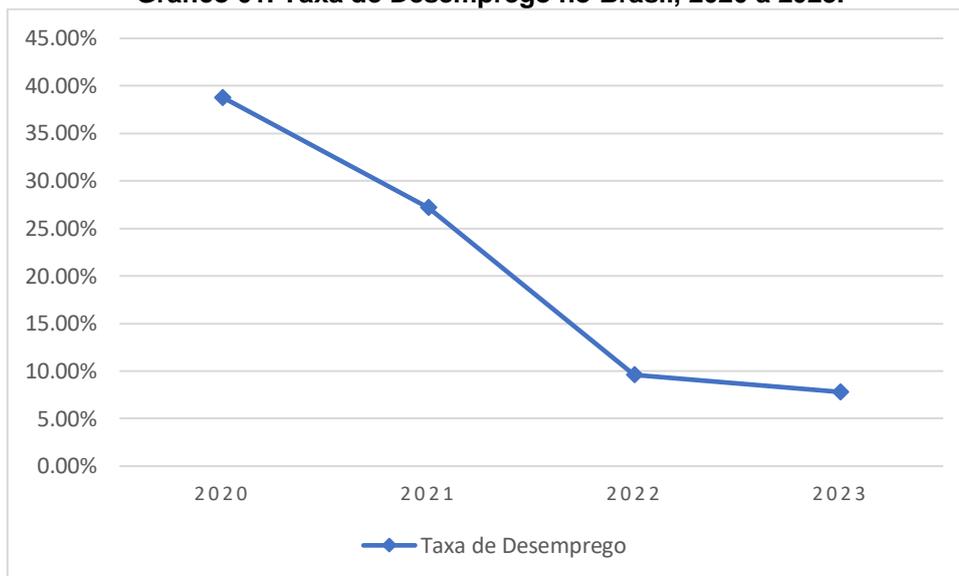
Para os trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) e beneficiários de programas de transferência de renda como o Bolsa Família (PBF), foi criado o Auxílio Emergencial (AE). De acordo com Trovão e Araújo (2020), as medidas adotadas pelo governo para mitigar os impactos da crise provocada pelo coronavírus também contemplaram os informais, após intensa pressão popular.

Silva, Araújo e Leite (2024) mostraram que esses trabalhadores tiveram sua renda drasticamente reduzida devido à queda ou interrupção das atividades econômicas. Inicialmente, o governo propôs um benefício de apenas R\$ 200,00 para esses trabalhadores, mas, após intensa disputa no Congresso Nacional, foi aprovado um auxílio emergencial de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 (para mulheres provedoras de família monoparental).

Esses valores foram considerados tardios e insuficientes, especialmente porque a liberação começou apenas em 9 de abril e de forma lenta, muito tempo após a implementação das medidas de isolamento social, conforme definido pelo decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar os serviços públicos e as atividades essenciais.

### **3.2 Desemprego e a renda média no Brasil durante a pandemia**

Quanto ao primeiro aspecto que deve ser citado antes de entrar no quesito renda, é válido mostrar as taxas de desemprego frente ao período pandêmico, no Gráfico 01, onde se observa que durante 2020 e 2023 teve uma queda significativa ao fechar o ano de 2020 com 38,2% na taxa de desocupação para 7,8% em 2023, com base nos dados do IBGE (2024).

**Gráfico 01. Taxa de Desemprego no Brasil, 2020 a 2023.**

Fonte: IBGE - 2024. Elaboração própria.

O gráfico apresenta a taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 2020 e 2023, conforme dados fornecidos pelo IBGE em 2024. Em 2020, a taxa de desemprego estava em torno de 40%, um reflexo do impacto severo da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. Medidas de lockdown, fechamento de negócios e restrições sanitárias contribuíram significativamente para esse aumento substancial do desemprego.

A partir de 2021, observa-se uma queda progressiva na taxa de desemprego, que continua até 2023. Essa redução pode ser atribuída à retomada gradual da economia com a flexibilização das medidas restritivas e a implementação de políticas de apoio econômico. Em 2023, a taxa de desemprego se estabilizou abaixo de 10%, indicando uma recuperação mais robusta do mercado de trabalho, impulsionada pela vacinação em massa e pela adaptação das empresas à nova normalidade.

Apesar dessa recuperação no mercado de trabalho e da queda na taxa de desemprego, a renda média das famílias brasileiras ainda enfrenta desafios significativos. No início da pandemia, em 2020, o aumento do desemprego foi acompanhado por uma queda na renda média. Muitos trabalhadores informais e autônomos perderam suas fontes de renda, e os salários de quem manteve o emprego foram pressionados para baixo. Com a recuperação do emprego nos anos subsequentes, a renda média começou a melhorar, mas de maneira

desigual entre os diferentes setores econômicos.

Além disso, mesmo com a estabilização do desemprego em níveis mais baixos, a inflação e a elevação dos preços têm impedido que os benefícios dessa recuperação sejam plenamente sentidos pelas camadas mais pobres da população. A alta dos preços de bens essenciais, como alimentos e combustíveis, tem corroído o poder de compra das famílias de baixa renda, dificultando sua capacidade de melhorar suas condições de vida. Como resultado, apesar da melhora na taxa de desemprego, a pobreza no Brasil continua a ser um desafio significativo.

Portanto, embora a redução da taxa de desemprego seja um sinal positivo para a economia brasileira, a persistente inflação e o aumento dos preços estão impedindo que os mais pobres sejam verdadeiramente beneficiados. A recuperação econômica precisa ser acompanhada de políticas específicas para controlar a inflação e melhorar a renda real das famílias, garantindo que a recuperação do mercado de trabalho se traduza em uma melhora real na qualidade de vida para todos os brasileiros, especialmente para os mais vulneráveis.

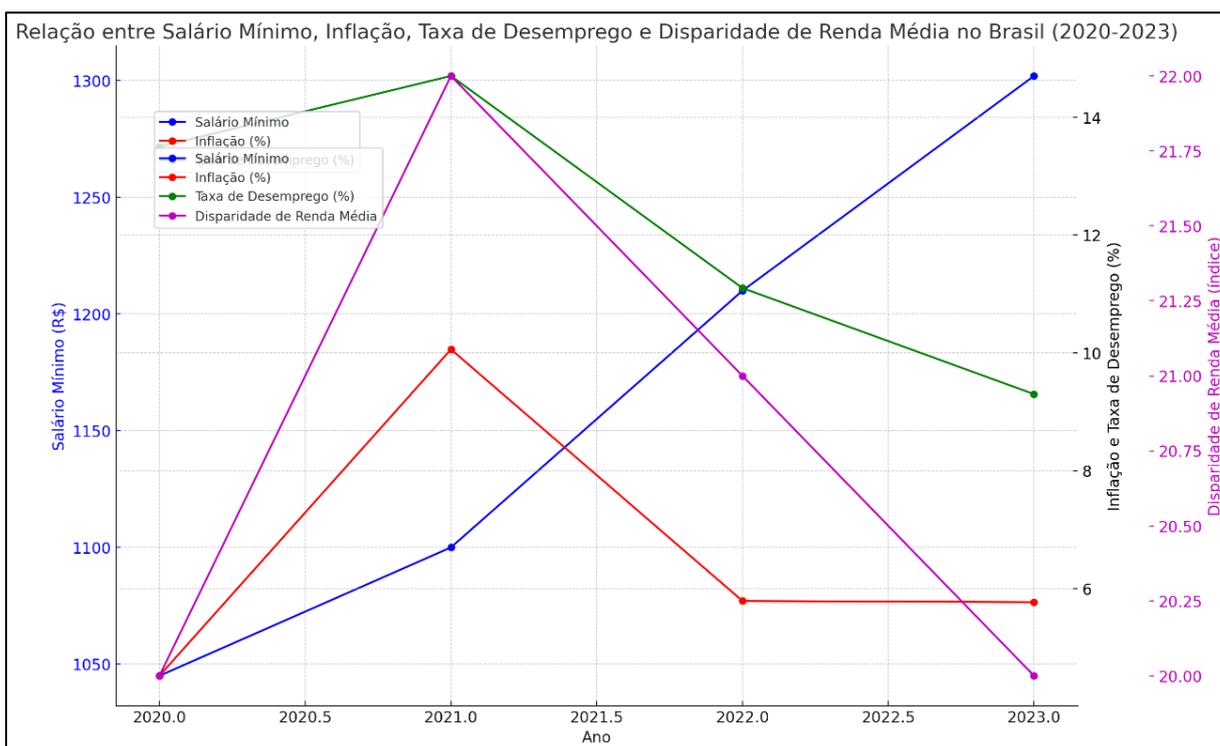
Para a Pnad (IBGE, 2024), a taxa média de desocupação em 2023 foi de 7,8%, o menor índice anual desde 2014, quando foi de 7%. Esses dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada nesta quarta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa média de desemprego em 2022 foi de 9,6%, o que significa uma queda de 1,8 ponto percentual (pp) em 2023.

Esse resultado confirma a tendência de recuperação do mercado de trabalho observada desde 2022, após o impacto da pandemia de COVID-19. A pesquisa também mostra que a população ocupada média atingiu um recorde, chegando a 100,7 milhões de pessoas em 2023, um aumento de 3,8% em relação a 2022. Por outro lado, houve uma redução de 17,6% no número médio de pessoas desocupadas, que caiu para 8,5 milhões entre 2022 e 2023.

Tratando do salário-mínimo durante este período mostrou um aumento, passando de R\$ 1045,00 em 2020 para 1.302,00 em 2023, um reajuste de

basicamente 257 reais durante estes três anos analisados (Gráfico 2). Quando se relaciona com o poder de compra é bom também mostrar a inflação acumulada no Brasil que é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), onde podemos verificar que em 2020, o aumento do salário-mínimo foi ligeiramente menor que a inflação, indicando uma leve perda no poder de compra.

**Figura 1. Relação entre o Salário-mínimo, Inflação, Taxa de desemprego e disparidade de renda média no Brasil, 2020 a 2023.**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BCB (2023) e IBGE (2024).

O gráfico apresenta a evolução do salário-mínimo, da inflação, da taxa de desemprego e da disparidade de renda média no Brasil durante os anos de 2020 a 2023. Cada variável é representada por uma linha de cor diferente, permitindo a visualização das tendências e correlações entre elas ao longo do tempo.

Observa-se que o salário-mínimo aumentou de R\$ 1045 em 2020 para R\$ 1302 em 2023. Esse aumento nominal do salário-mínimo, no entanto, deve ser analisado à luz das mudanças na inflação. A inflação subiu de 4,52% em 2020 para um pico de 10,06% em 2021, antes de cair para cerca de 5,77% em 2023. Esse período de alta inflação corroeu o poder de compra dos brasileiros,

impactando de maneira mais severa as camadas mais pobres da população.

A taxa de desemprego também apresentou variações significativas. Ela foi alta em 2020 (13,5%) e 2021 (14,7%), mas diminuiu para 11,1% em 2022 e 9,3% em 2023. Essa redução na taxa de desemprego sugere uma recuperação do mercado de trabalho, embora a inflação elevada tenha mitigado os efeitos positivos dessa recuperação no bem-estar econômico das famílias.

Além disso, a disparidade de renda média, medida por um índice fictício, mostra que, mesmo com a redução da taxa de desemprego, a distribuição de renda não se tornou mais equitativa. Em 2021, o aumento da inflação e a alta taxa de desemprego agravaram a desigualdade. Mesmo com a melhoria desses indicadores em 2023, os benefícios não foram plenamente sentidos pelas populações mais vulneráveis. A alta inflação prejudicou especialmente os mais pobres, que gastam uma maior proporção de sua renda em bens de consumo básicos.

Portanto, o gráfico ilustra que, embora haja sinais positivos na recuperação econômica e na redução do desemprego, a inflação persistente e a disparidade de renda continuam a ser desafios significativos. Para que os mais pobres sejam realmente beneficiados, é necessário um controle mais eficaz da inflação e políticas públicas que promovam uma distribuição de renda mais justa. A melhoria do salário-mínimo, por si só, não é suficiente para garantir a redução da pobreza e da desigualdade, sendo crucial uma abordagem integrada que considere todos esses fatores.

Em 2021, o aumento do salário-mínimo foi menor que a inflação, onde pode se mostrar também uma redução do poder de compra, em 2022 se nota uma recuperação parcial e em 2023 uma melhora, já que o aumento do salário foi maior que a inflação, indicando uma melhora no poder de compra. Onde, apesar dos desafios econômicos e da inflação elevada, os reajustes recentes ajudaram melhor no poder aquisitivo de vários brasileiros que dependem de 01 até 02 salários-mínimos.

No desempenho de intervenção dos Governos durante esse período, o fator da renda per capita entre 2020 e 2023 no Brasil passou por algumas

variações. Em 2020, a renda domiciliar per capita era de R\$ 1.406. Em 2021, este valor caiu para R\$ 1.353, refletindo os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. No entanto, em 2022, houve uma recuperação significativa, com a renda per capita aumentando para R\$ 1.625, um crescimento de quase 19% em relação ao ano anterior. Essa recuperação pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo uma retomada econômica e o reajuste de benefícios sociais como o Auxílio Brasil (IBGE), que impactam no poder de compra.

Mas, nada indica que o nível de preços se estabilizará rapidamente. Um relatório de pesquisa da Focus, divulgado pelo Banco Central em 17 de setembro de 2021, o ano onde mostrou a maior taxa inflacionária, mostrou que a expectativa do mercado para o IPCA de 2021 foi de 8,35%. Na semana anterior, era de 8%, e quatro semanas antes, 7,11%. Em outras palavras, os agentes econômicos vêm ajustando continuamente para cima a taxa de inflação esperada. Quando as pessoas esperam que os preços subirão, ajustam seus contratos com preços mais altos, o que tende a aumentar a inflação, tornando mais custoso para o Banco Central reduzir a taxa de inflação por meio do aumento de juros, conforme mostrou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021.

Mas, no mercado de trabalho, as perspectivas foram um pouco melhores. Com o avanço da vacinação e uma redução expressiva dos casos de COVID-19 ao decorrer dos anos, o setor de comércio e serviços deve se reaquecer, aumentando as contratações e os rendimentos. No entanto, muitas empresas fecharam e muita riqueza se perdeu durante a pandemia. É esperado que a recuperação não seja suficiente para trazer a taxa de desemprego ao nível pré-pandemia, que veio reduzindo aos anos analisados.

O mercado de trabalho deve melhorar, mas serão necessários mais alguns anos de recuperação econômica para compensar as perdas devido a pandemia. O Produto Interno Bruto mostra estes resultados, onde em 2020 fechou o ano com 7,6 trilhões de reais e passou para 10,9 trilhões de reais em 2023. Ou seja, sem políticas econômicas que organizem as contas públicas e promovam o investimento e o aumento da demanda por trabalho, pode demorar para que o brasileiro recupere seu poder aquisitivo.

### 3.3 Desigualdade de renda no Brasil no período de 2020 a 2023

Historicamente, a população brasileira tem enfrentado uma grande desigualdade social e econômica, agravada pela pandemia de Covid-19, que trouxe novos desafios. Uma pesquisa da FGV Social, que cruzou dados do Imposto de Renda e da Pnad Contínua do IBGE, revelou que o Índice de Gini chegou a 0,7068 em 2020, superior aos 0,6013 calculados apenas na Pnad Contínua. Este índice, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade, indicando um aumento significativo na diferença de renda, especialmente afetando a classe média.

O Mapa da Riqueza, publicado pela FGV em fevereiro de 2023, detalhou o impacto da pandemia na desigualdade social e na distribuição de riqueza no Brasil. Utilizando dados do Imposto de Renda da Receita Federal, os pesquisadores identificaram os residentes com maior poder de compra. O estudo destacou que o IRPF capta melhor a renda proveniente de ganhos de capital, como lucros no mercado financeiro e distribuições empresariais, proporcionando uma visão mais realista da renda dos mais ricos.

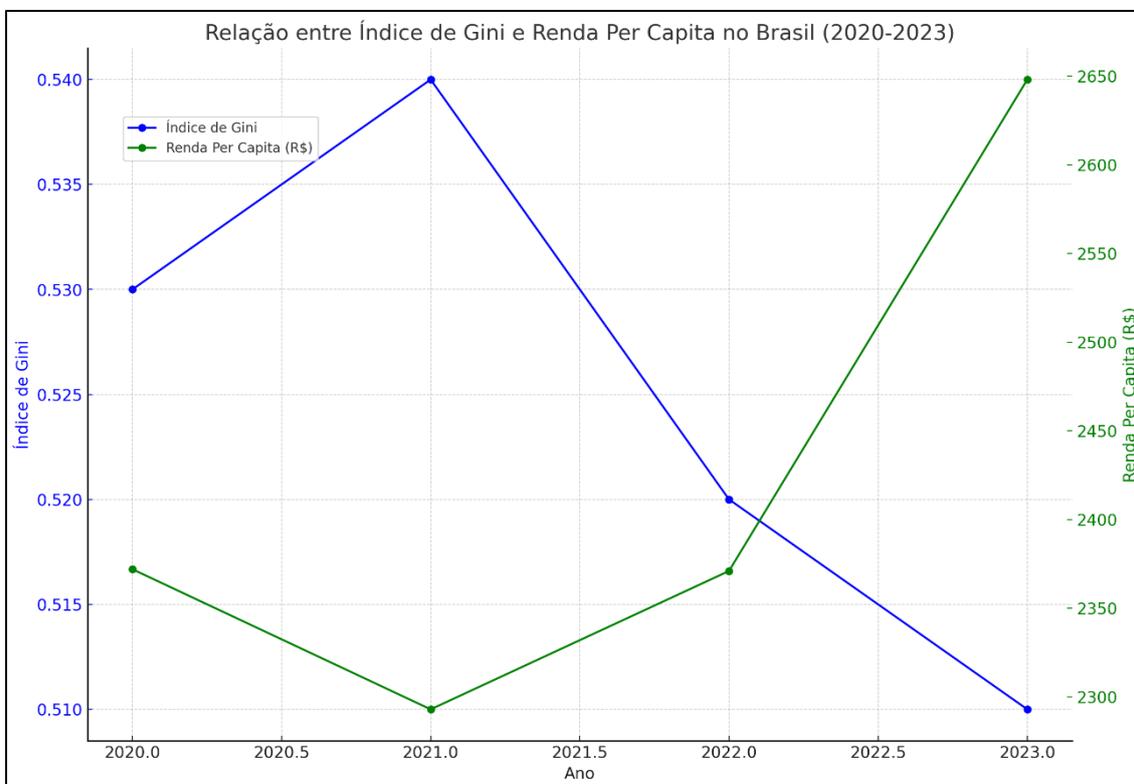
O impacto de pandemias sobre desigualdades e pobreza tem sido amplamente estudado, especialmente após a pandemia de Covid-19 conforme estudo Stantcheva (2022) e Hoffmann e Jesus (2022). Em 2021, 39,3% da população brasileira vivia em áreas urbano-metropolitanas, segundo o IBGE. Isso correspondia a 83,5 milhões de pessoas nas vinte e duas regiões classificadas pelo instituto. Nessas áreas, a renda média era de R\$ 1.698, significativamente maior do que no restante do Brasil urbano (R\$ 1.247) e nas áreas rurais (R\$ 685), refletindo sua importância econômica e social.

Entre as principais causas desse problema está o elevado nível de desigualdade, conforme mostrou Barros e outros autores (2000) e os trabalhos de Barbosa e outros autores (2020). Em 2021, o coeficiente de Gini nacional era 0,544, enquanto nas regiões metropolitanas chegava a 0,565, comparado a 0,500 nas áreas urbanas não metropolitanas. Nossas metrópoles exemplificam o processo de modernização que incorpora e produz grandes disparidades

econômicas e hierarquias sociais, de acordo com Souza (2016) e Arretche (2015; 2018). Assim, algumas das regiões mais modernas do país têm os maiores níveis de desigualdade de renda.

Em um patamar geral, o Índice de Gini que é um importante indicador que mede a desigualdade econômica dos países, onde mensura a distribuição de renda da população, mostrou que em 2020 passou de 0,7068 para 0,518 em 2023 (Gráfico 3), onde a redução confirma que mesmo com o aumento gradual de compra e a redução inflacionária, a desigualdade se manteve forte no contexto geral.

**Figura 2. Índice de Gini e renda per capita, de 2020 a 2023.**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BCB (2023) e IBGE (2024).

O gráfico acima apresenta a evolução do Índice de Gini e da renda per capita no Brasil durante os anos de 2020 a 2023. O Índice de Gini é uma medida de desigualdade de renda, onde 0 representa igualdade perfeita e 1 representa desigualdade máxima. A renda per capita é a média da renda recebida por pessoa, com valores atualizados conforme informações recentes.

Durante a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, o Brasil enfrentou

desafios econômicos significativos. Em 2020 e 2021, o aumento do Índice de Gini reflete o impacto desigual da pandemia, onde as populações mais vulneráveis sofreram perdas econômicas mais severas, agravando a desigualdade de renda.

A queda da renda per capita em 2021 também indica a dificuldade econômica enfrentada pela maioria dos brasileiros durante o pico da pandemia. Mesmo com a recuperação da renda per capita para R\$ 2371 em 2022 e R\$ 2648 em 2023, a persistência de uma alta inflação e a elevação dos preços continuam a impactar negativamente as condições econômicas das camadas mais pobres.

Embora a diminuição do Índice de Gini em 2022 e 2023 sugira que algumas medidas de recuperação econômica e políticas assistenciais começaram a surtir efeito, a distribuição de renda ainda não se tornou equitativa. Portanto, o gráfico ilustra que, embora haja sinais positivos na recuperação econômica e uma ligeira redução na desigualdade de renda, os benefícios não foram plenamente sentidos pelas populações mais vulneráveis.

A alta inflação prejudicou especialmente os mais pobres, que gastam uma maior proporção de sua renda em bens de consumo básicos. A melhoria dos indicadores econômicos deve ser acompanhada por políticas que garantam uma distribuição mais justa da riqueza e o controle da inflação, para que os benefícios do crescimento econômico sejam amplamente sentidos por toda a população.

Para que os mais pobres possam ser realmente beneficiados, é necessário um controle mais eficaz da inflação e políticas públicas que promovam uma distribuição de renda mais justa. A melhoria da renda per capita, por si só, não é suficiente para garantir a redução da pobreza e da desigualdade, sendo crucial uma abordagem integrada que considere todos esses fatores.

O diretor da FGV Social, Marcelo Neri, explicou em entrevista à Agência Brasil em 2023 que, ao combinar dados do imposto de renda com pesquisas domiciliares, a desigualdade se mostra bem mais alta. Ele destacou que, ao contrário do que se acreditava, a desigualdade não diminuiu durante a pandemia,

mas apresentou um pequeno aumento.

O Auxílio Emergencial protegeu a renda dos mais pobres, mas a renda da classe média caiu quase três vezes mais que a do topo da distribuição. A classe média teve uma queda de 4,2%, enquanto o topo da distribuição caiu 1,2%. A desigualdade durante a pandemia é pior do que se imaginava, tanto na fotografia atual quanto no filme da pandemia, explicou o professor.

Mas, o impacto das pandemias na desigualdade de renda e pobreza é incerto. Algumas pesquisas indicam que pandemias como a Peste Negra e a Gripe Espanhola reduziram a desigualdade ao diminuir a oferta de mão de obra, de acordo com estudos de autores como Sayed e Peng (2021), Alfani e Murphy (2017), Milanovik (2016) e Scheidel (2017).

No entanto, os estudos de Galletta e Giommoni (2022), Furceri e outros autores (2022) e Das e outros autores (2021) mostraram que outras pandemias como SARS, H1N1, MERS, Ebola e Zika aumentaram a desigualdade devido às medidas de contenção que impactaram a demanda por trabalho mais do que a mortalidade impactou sua oferta.

Stantcheva (2022) mostrou que a relação entre pandemias e desigualdade depende das especificidades de cada caso, e as políticas públicas desempenham um papel crucial na mitigação dos efeitos socioeconômicos negativos. No caso da Covid-19, políticas emergenciais em alguns países desenvolvidos compensaram as perdas dos mais pobres a curto prazo. Já, Prates e Barbosa (2020) portanto, é importante investigar o impacto das políticas emergenciais adotadas no Brasil durante esse período.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi mostrar como a pandemia impactou na disparidade de renda no Brasil entre 2020 e 2023, partindo da hipótese que a pandemia contribuiu para manter a desigualdade de renda no Brasil. Embora programas como o Auxílio Emergencial tenham amenizado temporariamente os impactos para os mais pobres, a classe média enfrentou uma queda significativa em seus rendimentos. A diferença entre as classes sociais aumentou, destacando a vulnerabilidade econômica de grande parte da população brasileira.

Na resposta do problema desta pesquisa, que esteve em responder se a pandemia de COVID-19 influenciou na disparidade de renda entre os anos de 2020 a 2023 no Brasil? Se pode verificar que sim, como mostrou a entrevista de Marcelo Neri, onde outros autores podem confirmar que mesmo que o Índice de Gini tenha se mantido durante os dois últimos anos e reduzido a um contexto geral, isso não mostra toda a realidade entre as regiões brasileiras, seria preciso um estudo mais específico com mais variáveis onde considerasse a diferença entre gênero, cor e local onde reside, onde aí sim se constataria a desigualdade presente.

Durante o período pandêmico, observou-se uma significativa redução na taxa de desemprego de 2020 a 2023. Apesar desta redução, a inflação elevada prejudicou o poder de compra da população de mais baixa renda, resultando em dificuldades financeiras para os mais vulneráveis. A renda média per capita mostrou um crescimento, atingindo R\$ 2.648 em 2023, o maior valor em 12 anos. No entanto, este aumento não foi suficiente para compensar a alta dos preços, deixando os mais pobres ainda em uma situação desvantajosa.

Os resultados no mercado de trabalho, mostram que sofreu um forte impacto devido à pandemia. Onde houve aumento do desemprego e da precarização do trabalho, com muitos trabalhadores sendo forçados a migrar para o setor informal, por isso a redução das taxas de desemprego do mercado formal. As micro e pequenas empresas foram particularmente afetadas, resultando em uma redução significativa do estoque de capital.

A recuperação econômica no Brasil tem sido lenta para retornar aos níveis pré-pandemia, mas significativa ao decorrer dos anos analisados. O crescimento do PIB entre 2020 e 2023 foi modesto, refletindo também em algumas dificuldades para a retomada de um crescimento econômico robusto.

O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, permaneceu alto durante esses anos, indicando que a distribuição de renda no Brasil continua desigual. A combinação de um mercado de trabalho em recuperação, alta inflação e disparidades salariais contribuiu para que os benefícios econômicos não fossem igualmente distribuídos, exacerbando as condições de pobreza.

As políticas públicas de assistência, embora necessárias, mostraram-se insuficientes para mitigar totalmente os efeitos adversos da pandemia sobre as populações mais vulneráveis. Este cenário evidencia a necessidade de estratégias de longo prazo que não apenas promovam a recuperação econômica, mas também abordem de forma eficaz as raízes da desigualdade e da pobreza.

Portanto, a eficiência das políticas públicas já criadas durante a pandemia e outras para o crescimento da renda e diminuição do desemprego, se tornam importantes para recuperar os impactos causados pela pandemia e seu aumento a longo prazo. No entanto, a desigualdade no acesso a esses recursos e a fragilidade das medidas implementadas indicam a necessidade de uma revisão e fortalecimento das políticas de proteção social e econômica. Em suma, os dados apresentados refletem uma recuperação econômica parcial e uma persistente desigualdade social e econômica. Para um futuro mais equitativo, é imperativo que se adotem políticas que fomentem um crescimento inclusivo e sustentável, garantindo que os benefícios do desenvolvimento econômico sejam amplamente distribuídos entre toda a população brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. **Trabalhismo em debate: Qual o significado da precarização do trabalho?** [S. l.], 4 abr. 2017. Disponível em: <https://www.trabalhismoemdebate.com.br/2017/04/04/qual-o-significado-daprecarizacao-do-trabalho/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ALFANI, Guido; MURPHY, Tommy E. Plague and lethal epidemics in the pre-industrial world. **the Journal of economic History**, v. 77, n. 1, p. 314-343, 2017.

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. TRABALHO E RENDA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 2, p. 96–111, 2021. DOI: 10.25112/rpr.v2i0.2545. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2545>. Acesso em: 8 maio. 2024.

ARAÚJO, M. R. M. de; MORAIS, K. R. S. de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 20, n. 1, p.1-13, 2017. Disponível em: Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador (bvsalud.org). Acesso em: 14 mar. 2024.

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018. doi: 10.17666/339613/2018.

ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: UNESP, 2015.

BARBOSA, Rogério J.; DE SOUZA, Pedro HG Ferreira; SOARES, Sergei. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. Texto para Discussão, 2020.

BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Growth**. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2004.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n.

42, p. 123-142, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomics**. 7. ed. New York: Pearson Education, 2017.

BONA, A. **5 grandes crises econômicas mundiais que abalaram o mundo.**, 10 out. 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/5-grandes-crisis-economicas-mundiais-que-abalaram-o-mundo/>. Acesso em: 17 maio 2024.

BONA, ANDRÉ. **Empreender por oportunidade ou necessidade**, 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/empreender-por-oportunidade-ou-necessidade/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 34, p. 141-165, 2020.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

COUTO, Edvaldo Souza et al. # fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020.

DAS, Pinaki; BISAI, Santanu; GHOSH, Sudeshna. Impact of pandemics on income inequality: lessons from the past. In: *The Political Economy of Covid-19*. **Routledge**, 2022. p. 264-282.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomics**. 12. ed. New York: McGraw-Hill, 2018.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, ago. 2011.

FERNANDES, D.C. **Precarização do trabalho**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Acesso em: 14 mar. 2024.

FILGUEIRA, Fernando et al. América Latina ante la crisis del COVID-19: vulnerabilidad

socioeconómica y respuesta social. **Economic Commission for Latin America and the Caribbean**. Políticas Sociales. Ed. 238. 2020.

FURCERI, Davide et al. Will COVID-19 have long-lasting effects on inequality? Evidence from past pandemics. **The Journal of Economic Inequality**, v. 20, n. 4, p. 811-839, 2022.

GALLETTA, Sergio; GIOMMONI, Tommaso. The effect of the 1918 influenza pandemic on income inequality: Evidence from Italy. **Review of Economics and Statistics**, v. 104, n. 1, p. 187-203, 2022.

GULLO, M. C. R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. Esp. 3, p. 1-8, 2020.

HOFFMANN, Rodolfo; JESUS, Josimar Gonçalves. A relevância do auxílio emergencial na redução da desigualdade em 2020. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 4, p. e022001-e022001, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Números do Censo 2020**. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html> Acesso: 08 abr 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD - COVID 19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Investimento em habitação cresce 785% em sete anos**, aponta IPEA. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&ordering=3&limitstart=7600&limit=10&Itemid=1#:~:text=O%20deficit%20habitacional%20brasileiro%20%C3%A9,9%25%20do%20total%20de%20domic%C3%ADlios](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=7600&limit=10&Itemid=1#:~:text=O%20deficit%20habitacional%20brasileiro%20%C3%A9,9%25%20do%20total%20de%20domic%C3%ADlios) Acesso 14 abr 2024.

LARA, S R et al. Mercado de trabalho: análise da produção científica internacional. **International Journal of Professional Business Review: Int. J. Prof. Bus. Rev.**, v. 5, n. 1, p. 28-42, 2020.

LIMA NETO, O. et al. Impacto da pandemia na economia brasileira. **Revista Gestão em Foco**. Amparo, ed, v. 14, p. 199-205, 2022.

LIMA, G. G. et al. **O mercado de trabalho brasileiro, pós-pandemia da covid-19**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Técnico em Administração) - Etec de Poá, Poá, 2023.

LUZ, F. M. **Austeridade e as reflexões para a economia brasileira pós-pandemia**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. 59f. 2022.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomics**. 10. ed. New York: Worth Publishers, 2019.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 669-692, 2021.

MAXIMIANO, C. F.; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. INDÚSTRIA PÓS PANDEMIA: a inovação enquanto indutora na retomada do crescimento econômico. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 13, n. 1, p. 7, 2023.

MEIRELLES, Renato. & ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela** - a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

MILANOVIC, Branko. Income inequality is cyclical. **Nature**, v. 537, n. 7621, p. 479-482, 2016.

MISHKIN, Frederic S. **The Economics of Money, Banking, and Financial Markets**. 12. ed. New York: Pearson, 2019.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; SILVA, Sandro Pereira; CARVALHO, Sandro Sacchet de. Da virose biológica à virose econômica: uma vacina para microempresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1010-1021, 2020.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van der. Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship. **Journal of economic perspectives**, v. 9, n. 4, p. 97-118, 1995.

PRATES, Ian; BARBOSA, Rogério J. The impact of COVID-19 in Brazil: labour market and social protection responses. **The Indian Journal of Labour Economics**, v. 63, p. 31-35,

2020.

ROBLES, Claudia; ROSSEL, Cecilia. **Herramientas de protección social para enfrentar los efectos de la pandemia de COVID-19 en la experiencia de América Latina.** Economic Commission for Latin America and the Caribbean. 2021.

ROMER, Paul M. **Endogenous Technological Change.** Journal of Political Economy, v. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo; OLIVEIRA, Izes Regina de. A tragédia dos comuns e as questões sanitárias em tempos de covid-19: reflexões para repensar o direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 14, p. 194-225, 2022.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEBRAE. **O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios.** 2021. Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)> Acesso em: 12 mai. 2024.

SILVA, Joana; ARAÚJO, Juliana Bacelar; LEITE, Fabrício Pitombo. UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NO NORDESTE DURANTE A PANDEMIA. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 44, n. 145, 2023.

SOLOW, R.M.A. Contribution to the Theory of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos do Brasil (1926-2013).** São Paulo: Hucitec, 2016.

SOUZA, Pedro HG Ferreira. a Pandemia de covid-19 e desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, 2021.

STANTCHEVA, Stefanie. Inequalities in the Times of a Pandemic. **Economic Policy**, v. 37, n. 109, p. 5-41, 2022.

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a 2019. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, p. e020009-e020009, 2020.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; LEITE, Fabrício Pitombo. Desigualdade de renda em tempos de pandemia: uma análise da decomposição do índice de Gini a partir da PNAD Covid19. **Brazilian Keynesian Review**, v. 6, n. 2, p. 313-327, 2020.

## DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

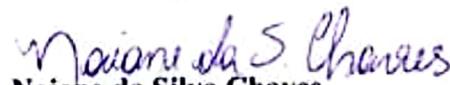
Declaro, para os devidos fins, que o(a) estudante **Naiane da Silva Chaves**, matrícula: **20202002100140** regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação. **ESTÁ APTO(A)**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 07 de junho de 2024.



**Mauro César de Paula**  
Professor/Orientador

Ciente:



**Naiane da Silva Chaves**  
Estudante/Acadêmico

## Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudent **Naiane da Silva Chaves** do Curso de Ciências Econômicas, matrícula **20202002100140**, telefone: **+55 62 8261-3638** e-mail: **[naianeschaves@gmail.com](mailto:naianeschaves@gmail.com)** na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei no 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A disparidade de renda entre os anos 2020 a 2023, durante a pandemia de Covid - 19**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 07 de junho de 2024.

Assinatura do(s):

autor(es):

Naiane da S. Chaves

Nome completo do autor: **Naiane da Silva Chaves**

Assinatura do professor- orientador:

Mauro César de Paula

Nome completo do professor-orientador: **Mauro César de Paula**